

**TRABALHO DO ADOLESCENTE NO BRASIL:  
PROTEÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO**

Neli Braiani Caetano Gonçalves  
(Curso de Direito – FACNOPAR)  
Orientador: Nilso Paulo da Silva

O trabalho do menor tem em especial uma proteção no direito do trabalho, e como defende algumas doutrinas esta proteção esta relacionada com a educação, o desenvolvimento físico, a saúde e a moralidade desses trabalhadores adolescente. No passado, os menores tinham como regra de ensinamento os trabalhos domésticos, e ensinamentos na categoria artesanal onde se atravessavam as gerações, o que incluem na categoria de trabalhadores. O trabalho dos adolescentes no Brasil apresenta um histórico de exploração, mas isso vem mudando ao longo do tempo, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 em seu art. 6º e com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que estabelece a proibição do trabalho penoso e insalubre que são prejudiciais à saúde dos adolescentes, bem como estabelece a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho e também para o aprendizado profissional. Com a Constituição Federal de 1988, a criança e o adolescente passam a ser sujeito de direito, tendo assim seus direitos garantidos. A Consolidação das Leis do Trabalho disciplina o trabalho do menor como também o contrato de aprendizagem em seu art. 424 a 433. Sendo que este contrato de aprendizagem deve estar relacionado com uma entidade de ensino. O trabalho do adolescente tem sua proteção em vários fatores, onde tem determinado a idade mínima, os tipos de trabalhos que não podem ser exercidos por esses trabalhadores, a regulamentação quanto ao trabalho noturno para essa categoria e também o direito a educação. O direito do menor não prescreve, assim sendo, o mesmo tem direito de reclamar a qualquer tempo, caso sinta-se lesado em seu contrato de trabalho. O objetivo será analisar o trabalho do adolescente no Brasil quanto à proteção e profissionalização. Definir evolução do trabalho do adolescente no Brasil e os conceitos de criança, juventude e adolescente. Descrever os fundamentos da proteção do trabalho do adolescente. Destacar a proteção do trabalho do adolescente. Apontar os deveres e responsabilidades em relação ao adolescente. O trabalho será fundamentado na técnica documental, e na pesquisa bibliográfica analisando a legislação do menor do Brasil, a Constituição Federal, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a doutrina, utilizando o método dedutivo que parte do principio dos fatos reconhecidos como verdadeiros e se da e a pesquisa descritiva, que identifica uma classe de trabalhadores que são os adolescentes.

**Palavras chave:** trabalho, adolescente, proteção e profissionalização.